

## UMA APRESENTAÇÃO REFLEXIVA DA SEXUALIDADE HUMANA NO ESPAÇO ESCOLAR: DA NEGAÇÃO A EMANCIPAÇÃO ERÓTICA

Milene Ferreira Bezerra (G-UEMS)

Cátia Seifert (UEMS)

### Resumo

A sexualidade humana é um assunto pouco discutido na escola, embora seja um dos temas transversais apontados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para ser trabalhado nas instituições escolares. Isso acontece porque ainda vivemos numa sociedade marcada pela cultura centralista e patriarcal, repressora do erotismo humano. Desta forma, o presente trabalho intenta esboçar uma análise crítica sobre o termo sexualidade, objetivando despertar uma reflexão emancipatória entre educadores e educandos sobre as manifestações da sexualidade. Para tanto, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, por meio da qual foi possível traçar uma breve análise sobre a história da sexualidade e seus conflitos. Os resultados da pesquisa apontam para a urgência em se discutir a temática na escola, a fim de se implantar um discurso humanizador e crítico para fomentar o debate sobre as questões sexuais e, assim, desmistificar ideologias preconceituosas e domesticadoras, disseminadas ao longo do tempo pelos detentores do poder.

**Palavras-chave:** Sexualidade na escola. Educação Sexual. Orientação Sexual. Erotismo.

### 1. Breve histórico da sexualidade no Brasil

As discussões sobre a sexualidade humana têm ganhado vários contornos em diferentes períodos da história brasileira, servindo, às vezes, como meio de justificação de ideologias e de controle social. Dessa feita, reconhecendo a importância de se pensar na configuração de um novo discurso, expressamente crítico e totalizante, que dê conta de redimensionar positivamente tais discussões, este artigo busca explorar uma ampla conceituação do termo sexualidade, a fim de possibilitar aos indivíduos uma percepção menos equivocada e mais consciente de sua própria experiência sexual.

No entanto, antes de prosseguir este texto com qualquer análise mais crítica, é importante traçar uma breve historiografia da sexualidade brasileira, por meio da qual poderemos depreender justamente alguns dos pressupostos ideológicos que sempre margearam o trabalho pedagógico de educação sexual e influenciaram a formação das diferentes concepções discursivas sobre a temática. Além disso, sem esse trabalho de recuperação histórica, não é realmente possível vislumbrar as bases teóricas necessárias para se (re)pensar a articulação de uma abordagem decididamente crítica e humanizante da sexualidade humana, imprescindível no atual contexto.

Sendo assim, pode-se dizer que, no Brasil, a história da sexualidade se divide em seis momentos marcantes. O primeiro deles “descreve como a educação sexual foi transmitida desde a colônia, [...] de uma maneira informal” (RIBEIRO, 2004, p. 12).

Neste primeiro momento, os homens viviam e gozavam de total liberdade sexual com as índias e negras, enquanto que a mulher branca, como afirma Freyre (*apud* RIBEIRO, 2004, p.16) era “[...] dominada e submetida, primeiro ao pai, depois ao marido, era reservado um comportamento acanhado e humilde, e aos quinze ou dezesseis anos já se casava, mas frequentemente com um senhor de quarenta, cinquenta ou sessenta anos”. Ainda nesse período, fica claro a autoridade masculina sobre a feminina e a prática do sexo libidinoso e

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 287-293	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

sem afetividade pelos homens, como mostra Freyre

[...] O comportamento sexual, de forma geral – e referimo-nos ao do brasileiro do sexo masculino – era bastante lascivo. Nos primeiros anos da colonização, unia-se às índias, a várias índias, tinha com elas muitos filhos. O concubinato era corrente, e até padres eram amancebados com índias (VAINFAS, 1997). Nos engenhos, os rapazes eram incentivados a se relacionarem sexualmente com as escravas e as mulatas, mostrando ao pai, o patriarca, que era “macho” e honrava seu nome (FREYRE apud RIBEIRO, p. 15-16).

O segundo momento inicia-se no século XIX, adquirindo contornos educativos, pautado em livros e manuais de inspiração higienista. Esse momento visa propor ações para a solução de problemas de saúde pública e a medicina passa a interagir com o Estado na tentativa de difundir idéias higienistas, pois o país, recém-liberto, estava passando por mudanças sociais e políticas, precisando, então, de um aliado para sustentá-las. Aqui surge pela primeira vez a necessidade de estabelecer uma educação sexual para a sociedade, pautada “sob a normatização da moral médica” (RIBEIRO, 2004, p.17), de forma que se extinguisse a vida perniciososa de antes. Os contornos sociais e pedagógicos dessa proposta de educação sexual são também interpretados por Ribeiro, quando este afirma que:

A medicina higienista impõe às famílias uma educação física, moral e sexual que será responsável por várias mudanças nos costumes familiares:... enquanto alterava o perfil sanitário da família, modificou também sua feição social. Contribuiu junto com outras instâncias sociais, para transformá-la na instituição conjugal e nuclear característica de nossos tempos. Converteu além do mais, os predicados físicos, psíquicos e sexuais de seus indivíduos em insígnias de classe social. A família nuclear e conjugal [... era] higienicamente tratada e regulada [...] (COSTA apud RIBEIRO, 2004, p. 18).

No terceiro momento, que vai até o final da década de 50, aparecem várias publicações de livros escritos por professores, médicos e até sacerdotes “[...] que visavam orientar a prática sexual dos indivíduos” (RIBEIRO, 2004, p. 18). Mas somente a partir da década de 60 a educação sexual passa a acontecer oficialmente nas escolas, “[...] como uma ação educativa que pode ocorrer [...] a partir de um trabalho sistematizado e organizado com a participação de professores e profissionais treinados para este propósito” (RIBEIRO, 2004, p. 19).

A partir dos anos 60, com o advento do movimento hippie, estudantil e outros, inicia-se “um significativo debate sobre a educação sexual” (VIDAL apud NUNES; SILVA, 2000, p. 113). Este é o início do quarto momento, com a implantação de vários programas de orientação sexual em diversas escolas e estados do país. Contudo, a partir de 1964, “[...] o regime militar imposto pelo Golpe de Estado [...] reprime [...] as liberdades individuais, e também as manifestações da sexualidade e as implicações nos padrões de comportamento delas decorrentes” (RIBEIRO, 2004, p. 21). Só depois de 1978, com a abertura política do país, é que se retomam os projetos e iniciativas de educação sexual nas escolas brasileiras.

Os anos 80 trazem de volta a discussão emergente das décadas anteriores, pois o espírito de redemocratização despertou a necessidade premente de se pensar em um enfoque curricular mais democrático e moderno, além da preocupação suscitada com o registro dos primeiros casos de AIDS no país. As secretarias de educação assumem, então, os projetos de educação sexual a fim de “proporcionar ao educando a oportunidade de refletir sobre seus valores e os outros e criar condições para uma vida sexual com prazer, amor e responsabilidade” (SUPLICY et. al. apud RIBEIRO, 2004, p. 22).

O último momento acontece a partir de meados dos anos 90, com a necessidade de

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 287-293	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

regularizar oficialmente a Orientação sexual nas escolas brasileiras. Isso acontece primeiramente por meio das mudanças educacionais sinalizadas pela Lei nº 9.394/96, conhecida como Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e, posteriormente, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Na esteira dessas considerações, Ribeiro (2004, p. 24) cita que:

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases ‘Darcy Ribeiro’ em Dezembro de 1996, e com o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais como linhas a serem seguidas para se concretizar a meta da educação para o exercício da cidadania, a Orientação Sexual teve um reconhecimento oficial de sua necessidade e importância enquanto ação educativa escolar.

Assim, diante de tudo o que foi exposto, pode-se perceber que nenhum desses períodos históricos foi capaz de explorar o significado essencial da sexualidade humana, mesmo com os avanços tímidos introduzidos pela nova LDBEN ou pelos PCN, o que faz com que as discussões a respeito desse assunto, seja na escola ou na sociedade de um modo geral, permaneçam desprovidas de qualquer crítica original e reveladora, circunscritas aos limites de um discurso bastante limitado e pouco reflexivo.

## 2. Sexualidade e escola: a emergência de um novo discurso

A escola e a sociedade como um todo estão passando por processos de mudança conceitual e de revisão de seus antigos valores e modelos pedagógicos. Entre as novas inquietações, destaca-se, sem dúvida, o debate sobre a sexualidade humana, no qual a escola tem como

objetivo do trabalho de Orientação Sexual [...] contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que de um lado, se propõe a trabalhar o respeito por si e pelo outro, e por outro lado, busca garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades (BRASIL, 2001, p. 133).

Entretanto, um debate crítico e sincero a respeito do assunto, exigido por esta atual conjuntura, pede primeiro uma definição clara e sem preconceitos do próprio termo sexualidade, uma investigação de seus significados e sentidos mais essenciais e verdadeiros. Nesse sentido, a escola, como a principal promotora desse debate, precisa, antes de qualquer outra condição, estar ciente de que,

Ao definir o trabalho com Orientação Sexual como uma de suas competências, a escola estará incluindo-o no seu projeto educativo. Isso implica uma definição clara dos princípios que deverão nortear o trabalho de Orientação sexual e sua explicitação para toda a comunidade escolar envolvida no processo educativo dos alunos. Esses princípios determinarão desde a postura que se deve ter em relação às questões relacionadas à sexualidade e suas manifestações na escola, até a escolha de conteúdos a serem trabalhados junto com os alunos. A coerência entre os princípios adotados e a prática cotidiana da escola deverá pautar todo o trabalho (BRASIL, 2001, p. 131).

Desse modo, consoante às diretrizes oficiais, a definição de sexualidade que aqui tanto se enfatiza que não pode ser confundida com “noções reducionistas de biologia, anatomia

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 287-293	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

humana, comparações entre reprodução animal e o fenômeno humano de nascer” (NUNES; SILVA, 2000, p. 166). Nem tampouco pode-se reduzi-la meramente a “um apelo de sensações e a um culto hedonista do corpo e suas potencialidades plásticas” (NUNES; SILVA, 2000, p. 164). Em vez disso, sua elaboração deve constituir-se numa autêntica atividade de reflexão entre educandos e educadores.

Na mesma direção, outra premissa básica para guiar as especulações críticas a respeito do termo sexualidade é que este não venha acompanhado de discursos normativos, nem, envolvido confusamente por uma permissividade anárquica, disforme e vulgarizante, como tem feito a mídia.

Assim, tendo-se em vista então essas considerações, é mister entender e compreender a sexualidade não de modo alienado, mas como algo intrínseco ao ser humano, como meio de sua afirmação e emancipação. Longe de constituir sua vergonha, ela é “[...] um modo de expressão, liga-se estreitamente à sensibilidade constituindo, com ela, essa atividade essencialmente humana que é o erotismo” (VASCONCELOS apud NUNES; SILVA, p. 167).

Nesse sentido, qualquer problematização da sexualidade deve abster-se do senso comum e da ideia equivocada de que o ser humano pode sufocá-la e exercê-la somente quando lhe é permitido ou tolerado expressá-la. Pelo contrário, ela perpassa todas as ações humanas e deve ser vista, atentando-se à própria recomendação da Organização Mundial da Saúde (apud BRASIL, 1998, p. 295.), como “uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado dos outros aspectos da vida” ou “parte da personalidade de cada um”.

Ainda como consequência da procura por esta nova conceituação, fica claro que não podemos negligenciar a participação da escola como uma das mais básicas e principais instituições de sistematização e divulgação do conhecimento sexual histórico e científico da humanidade, constituindo, portanto, um lócus privilegiado para esse debate, embora sua presença no espaço escolar tenha sido, às vezes, deliberadamente negligenciada ou mesmo interpretada de modo bastante equivocado.

Por isso mesmo, para percebermos com maior clareza as características que marcam a ocorrência de tal debate em nossas escolas, chegando-se a uma nova síntese, este artigo propõe, a partir de agora, uma análise que, embora resumida e limitada, pode nos dar condições de perceber as contradições escolares no que diz respeito à apresentação e discussão da sexualidade humana, assim como também pode tornar mais evidentes as correlações de poder que tem marcado o trabalho de educação sexual (NUNES apud NUNES; SILVA, 2000).

Em nosso caso brasileiro, o modelo de sociedade patriarcalista, autoritária e repressora determinou logo de início “[...] uma tradição educacional repressiva e a consequente compreensão preconceituosa da sexualidade humana [...]” (NUNES; SILVA, 2000, p. 164). Durante quase esses cinco séculos de Brasil, a escola efetivamente contribuiu para a “[...] ‘dessexualização’ do indivíduo (através da negação da sexualidade, via ‘neutralidade’ ou ‘legitimação de tabus’)” (NUNES; SILVA, 2000, p. 164) e adotou uma perspectiva “[...] reducionista, formal, curricular e restritiva, calcadas em noções higienistas e médicas” (NUNES; SILVA, 2000, p. 166), caracterizando, na opinião desses autores, uma evidente repressão sexual.

Na verdade, essa perspectiva escondia um pressuposto ideológico: a manutenção da disciplina e do controle social, necessários ao Estado centralista-patriarcal e aos grupos que dele se apropriaram em diferentes momentos da história brasileira, como a elite agrária, os militares e a burguesia reacionária.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 287-293	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

Cabia, então, à escola, segundo Foucault (apud FERRARI, 2006), modificar o corpo e a mente, de modo a docilizar e moldar as condutas dos indivíduos para, assim, discipliná-los e homogeneizar seus comportamentos.

Portanto, fica claro que não havia o interesse de tratar o tema de modo emancipatório e crítico em nenhuma instância social, o que despertaria um questionamento mais profundo sobre a liberdade sexual e pessoal de cada um, pondo em xeque as estruturas políticas repressivas.

Diante desse contexto sócio-político em transformação, precisou-se levar a sério uma discussão mais realista sobre as questões relativas à sexualidade, a fim de implantar e gerenciar programas de saúde pública. Não obstante, o fortalecimento dos movimentos sociais permitiu a formação de uma consciência social que exigia mais atenção aos cidadãos, com mais informações e respeito às diferenças de gênero e orientação sexual.

A escola, conseqüentemente, saiu também modificada e foi forçada a abandonar sua pretensa isenção, caracterizando-se como, uma aliada do Estado para a divulgação de campanhas preventivas e esclarecedoras quanto às doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS).

Percebe-se aqui, um discurso falho e vago, que preocupa-se sobretudo em dar as instruções para o sexo quantitativo seguro, sem enfatizar a ideia de reciprocidade intersubjetiva e afetiva inerente as trocas eróticas humanas.

É diante dessa situação que torna-se indispensável um debate que extrapole tais definições mecanicistas, disciplinantes ou meramente informativas e que siga uma “[...] perspectiva democrática e pluralista [...]” (BRASIL, 1998, p. 293). Assim, a escola pode dar conta dessa nova definição e exposição pedagógica da sexualidade.

Nunes e Silva (2000, p.172) ainda são enfáticos ao ressaltar que “[...] somente a perspectiva histórico-dialética da sexualidade poderá efetivar uma inovação institucional e política sobre o tema”, apontando um caminho metodológico para a elaboração dessa outra definição.

Já Vasconcelos (apud NUNES; SILVA, 2000, p. 166) nos diz que é essencial proporcionar concretamente um ambiente de “[...] questionamento crítico das noções sexuais correntes”, uma vez que “[...] não se trata de ensinar a sexualidade, mas de preparar as condições em desenvolvê-la em seu contexto pessoal, de criá-la”.

Trata-se, obviamente, de orientar o homem para uma apropriação coerente e investigativa de sua própria dimensão erótica, de ressaltar a “[...] distinção Humana de poder usufruir, com a gratuidade do desejo, as densidades relacionais ao erotismo” (NUNES; SILVA, 2000, p. 167).

Essa proposta, mediada pela escola, deve, portanto, ser um convite a cada um para que expresse plenamente o seu ser no mundo e para que, realmente, comprometa-se com sua condição de sujeito erótico, livre e singular.

A mediação desse debate na instituição escolar, no entanto, esbarra em alguns limites e possibilidades que precisam ser sempre consideradas. Jamais ela pode aparecer dissociada da ética e do respeito às manifestações subjetivas de cada pessoa. Ela deve também estar atenta para não cair outra vez em ideologias mistificadoras ou reforçadoras de preconceitos, nem tampouco, na ânsia por condená-las, estabelecer novamente um discurso dogmático e repressivo.

A abordagem da questão sexual na escola também não pode ocorrer jamais de modo improvisado e sem planejamento, baseado só na emoção e na vontade dos educadores. Para os autores supracitados:

[...] não se faz educação sexual de maneira dogmática e doutrinária, nem, todavia, se

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 287-293	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

pode sustentar um projeto de educação sexual sobre o voluntarismo espontaneísta, mesmo aquele carregado de boas intenções e altruísmo. A vontade deve ser o motor das práticas transformadoras, mas esta somente, se completa com consciência crítica, que deve ser sistematicamente buscada pela ciência e trabalho intelectual de pesquisa e aprofundamento. Uma abordagem de educação sexual escolar requer, a priori, o reconhecimento das possibilidades e dos limites da apresentação da sexualidade na instituição- escola (NUNES; SILVA, 2000, p. 165).

Desse modo, cabe à escola, na articulação de uma abordagem problematizadora da sexualidade humana, em consonância com os anseios do homem moderno,

[...] ter clareza de que não esgotamos a reflexão sobre sexualidade numa apresentação informativa ou didática [...] a sexualidade é uma dimensão humana fundamental constituída a partir das relações que empreendemos com o mundo natural e a cultura, desde suas matrizes institucionais presentes na família e em todas as expressões da sociedade (NUNES; SILVA, 2000, p. 165).

E iniciar seu trabalho a partir de “[...] um *éthos* que intenta o diálogo, a escuta, a troca, sem modismos meramente catárticos ou reducionismos voluntaristas” (NUNES; SILVA, 2000, p. 165). *Éthos* que encontra sustentação e confirmação na figura do novo educador, ou seja, aquele que recebe por excelência o papel de “[...] contribuir com a emancipação pessoal e, no núcleo desta experiência, projetar aquilo que desejamos utopicamente para toda a humanidade, a saber, a vivencia plena da dignificação erótica do corpo e da originalidade de cada ser no mundo” (NUNES; SILVA, 2000, p.167).

### Considerações finais

Fica evidente, portanto, a urgência em se rediscutir, não só na escola como em todas as esferas sociais, os conceitos sobre a sexualidade humana neste momento em que se procura, em consonância com a nova conjuntura social, política e pedagógica, a produção de um novo discurso sobre o tema.

Tal discurso precisa ser reflexivo, humanizador e perspicaz para desmarcar as ideologias disseminadas ao longo do tempo pelos donos do poder e permitir ao homem uma apropriação coerente de sua sexualidade e do significado dela.

A concepção histórico-crítica e dialética parece ser a mais adequada para a proposição, obviamente nunca acabada e dogmática, dessa nova abordagem discursiva e para um reexame atento da historiografia da sexualidade brasileira, reexame este que perceba a escola como lócus privilegiado para o confronto com os antigos paradigmas equivocados e suspeitos, também, por outro lado, como o espaço ideal para a emergência do debate autêntico e desmistificador, capaz de responder às angustias desse homem moderno e de dar-lhes condições concretas de usufruir sua vida sexual de modo comprometido, responsável e pleno de sentido.

Por fim, é válido ressaltar que este trabalho não teve por intenção fornecer um rol de atividades que o professor possa fazer em sala de aula para trabalhar o “conteúdo” sexualidade, mas sim apontar uma reflexão crítica que servisse como base para os professores redimensionarem e repensarem sua práxis. Esta, em cada caso terá contornos próprios. Por isso, buscamos principalmente sensibilizar o educador, aproximando-o de uma reflexão inicial sobre o significado da vivência sexual humana.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 287-293	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais, terceiro e quarto ciclos*. Brasília: 1998.

FERRARI, Márcio. Michel Foucault: um crítico da instituição escolar. *Nova Escola*, São Paulo, p. 52-4, abr. 2006.

NUNES, César; SILVA, Edna. Sexualidade e educação: elementos teóricos e marcos historiográficos da educação sexual no Brasil. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). *Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (Org.). *Sexualidade e educação: aproximações necessárias*. São Paulo. Arte & Ciência, 2004.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 287-293	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------